

Ata nº 42. Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, com início às oito horas e trinta minutos, no Auditório do Campus II da UNIFAMMA, situado na Avenida Advogado Horácio Racanello Filho, nº 5000, em Maringá - PR deu-se início ao Primeiro dia do V Encontro Estadual dos Conselhos da Comunidade do Paraná, e IV Capacitação Estadual dos Conselhos da Comunidade, com o tema: “Profissionalizar: É tempo de Construir Bases para o Trabalho”. Este evento foi organizado pela Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná - FECCOMPAR, e Conselho da Comunidade da Comarca de Maringá, com apoio principal dos parceiros Institucionais: Coordenadoria Criminal e de Execução Penal - COCEP/Corregedoria Geral de Justiça do Paraná e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, do Júri e de Execuções Penais - CAOP/MP-PR. Ainda o referido evento contou com o patrocínio da UNIFAMMA, a qual cedeu as instalações para o evento. A Mesa de Abertura teve a seguinte composição: Dr^a Jane dos Santos Ramos - Juíza da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Maringá e Supervisora do Conselho da Comunidade de Maringá; Dr. Alexandre Kozechen - Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas da Comarca de Maringá; Dr^a Valéria Seyr - Promotora da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Maringá; Dr^a Maria Gabriela Viana Peixoto - Ouvidora do Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça; Dr. Dalio Zippin Filho - Presidente do Conselho Penitenciário Estadual - COPEN; Prof.^a Dr^a Itana Maria de Souza Gimenes - Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Dr^a Adriana Teodoro Shimni - Defensora Pública da Defensoria Pública de Maringá, Maria Helena Orreda - Presidente da Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná - FECCOMPAR e Helena Maria Ramos dos Santos - Presidente do Conselho da Comunidade da Comarca de Maringá. Na sequência o Cerimonialista convida a todos, em posição de respeito para Hino Nacional. Posteriormente as autoridades fizeram suas explanações enfatizando a importância deste momento e dos Conselhos da Comunidade como órgão da Execução Penal. A Presidente da FECCOMPAR faz um breve relato sobre os Encontros Estaduais dos Conselhos da Comunidade realizados no Paraná, os quais iniciaram em junho de 2013. Ainda que a FECCOMPAR contou com o apoio do Ministério Público para sua organização e com a COCEP - Coordenadoria Criminal e de Execução Penal da Corregedoria Geral de Justiça-PR para o fortalecimento enquanto Instituição. A Corregedoria de Justiça e o Ministério Público criaram conjuntamente as Instruções Normativas CGJ/PR e MP/PR 01 e 02/2014, onde foram consideradas as sugestões e necessidades dos Conselhos da Comunidade de forma democrática, enviadas através da FECCOMPAR. Posteriormente foi criado um Grupo de Trabalho Institucional entre MP, COCEP e FECCOMPAR para tomada de encaminhamentos que viabilizassem a execução prática das Instruções Normativas recém criadas, bem como apoiando e fortalecendo os Conselhos da Comunidade, durante este período, visando edificar um alicerce consolidado para que os Conselhos da Comunidade se apoderassem e desenvolvessem maior autonomia localmente. Disse ainda, que os Conselhos da

Comunidade receberam orientações para se regularizar enquanto associação civil e que posteriormente, foi adaptado o Sistema Informatizado do Tribunal de Justiça do Paraná, para captação dos recursos das Penas Pecuniárias e repasse destas aos Conselhos da Comunidade Regularizados, conforme previsão das Instruções Normativas Conjuntas CGJ/PR e MP/PR nº1 e 2/2014, dando toda a transparência nos repasses para despesas organizacionais e de projetos dos Conselhos. Citou ainda que em breve estará sendo criando um Banco de Projetos pela FECCOMPAR para que os Conselhos da Comunidade possam compartilhar suas experiências uns com os outros e facilitar a execução dos mesmos. Salientou ainda que a FECCOMPAR é a responsável por passar todas as informações e promover formações para os Conselhos da Comunidade. A Ouvidora Maria Gabriela do DEPEN, salientou que esse modelo precisa ser apresentado para outros Estados. Maria Helena Orreda repassa que dos 161 Conselhos da Comunidade no Paraná, 145 Conselhos estão Cadastrados na Federação, 16 Conselhos faltam realizar o Cadastro junto a Federação, 117 Conselhos estão regularizados, 44 Conselhos estão em Processo de Regularização no PROJUDI, 111 Conselhos estão autorizados a receber os recursos das Penas Pecuniárias e 110 Conselhos pagaram a Anuidade 2016. A Presidente da FECCOMPAR faz agradecimento da presença no evento dos Profissionais dos Conselhos da Comunidade, aos Técnicos do Tribunal de Justiça das Comarcas do Paraná. Também agradece ao Estado de São Paulo, representado pelo Desembargador Dr. Luiz Antonio Cardoso - Presidente da 3ª Comarca de Direito Criminal e Coordenador da Coordenadoria Criminal e de Execuções Penais de São Paulo; Claudia Cardenette - Diretora Administrativa do Instituto Ação Pela Paz, Limeira/São Paulo e Jeferson Luís Francischetti - Presidente do Conselho da Comunidade de Limeira/São Paulo; agradecimentos ao Estado do Rio de Janeiro, representado pela Drª Juliana Benevides de Barros Araújo - Juíza da Vara de Execuções Penais e Marlon Vinícius de Souza Barcellos - Defensor Público e Coordenador do Núcleo do Sistema Penitenciário - NUSPEN; agradecimentos aos representantes de Brasília: Drª Maria Gabriela Viana Peixoto - Ouvidora do Departamento Penitenciário do Ministério de Justiça, e Bruno Renato Teixeira - Consultor do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) /DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional)/Ministério da Justiça; agradecimento ao Estado de Sergipe, representado pelo Senhor Erivaldo Vieira dos Santos - Presidente do Conselho da Comunidade de Sergipe. Dando continuidade a Presidente da Federação saúda a participação dos 85 Conselhos da Comunidade presentes: Almirante Tamandaré, Alto Paraná, Alto Piquiri, Ampére, Antonina, Araucária, Assaí, Assis Chateaubriand, Astorga, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Candido de Abreu, Cantagalo, Cascavel, Castro, Cerro Azul, Chopinzinho, Cianorte, Cidade Gaúcha, Clevelândia, Colombo, Colorado, Corbélia, Cornélio Procópio, Cruzeiro do Oeste, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Goioerê, Grandes Rios, Guaíra, Guarapuava, Ipiranga, Iporã, Irati, Lapa, Laranjeiras do Sul, Mamborê, Mandaguari, Manoel Ribas, Marechal Candido Rondon, Marialva, Maringá, Marmeleiro, Matelândia, Medianeira, Nova

Esperança, Nova Londrina, Ortigueira, Palmeira, Palmital, Palotina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranaíba, Pato Branco, Peabiru, Pinhais, Piraí do Sul, Pitanga, Pontal do Paraná, Porecatu, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu, Realeza, Rebouças, Salto do Lontra, Santa Fé, Santa Helena, Santo Antonio da Platina, São João do Ivaí, São Mateus do Sul, Sarandi, Sengés, Telêmaco Borba, Terra Rica, Terra Roxa, Tibagi, Toledo, Tomazina, Ubiratã, Umuarama, União da Vitória, Uraí. Na sequência desfaz-se a mesa de abertura. Inicia-se a Palestra - Paineis: “O relacionamento institucional entre o Conselho da Comunidade, Poder Judiciário e Ministério Público, segundo as Instruções Normativas Conjuntas CGJ/PR e MP/PR nº 01 e 02/2014” - Neste Painel compareceu apenas o Dr. Alexey Choi Caruncho, Promotor de Justiça do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, do Júri e de Execuções Penais Ministério Público do Estado do Paraná - CAOP. O Dr. Roberto Luiz Santos Negrão e o Dr. Cláudio Rubino Zuan Esteves justificaram suas ausências por motivos de problemas de saúde na família. Dr. Alexey realizou uma Palestra muito entusiasmada, pontuando questões legais, mescladas de exemplos práticos e depoimentos pessoais. Por fim, salientou que a função do Ministério Público é de fortalecer o Conselho da Comunidade. Na sequência aconteceu o Painel: “A atuação do Juiz da Execução Penal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para garantir o cumprimento da Lei de Execução Penal no Brasil” sendo que o Dr. Luciano André Losekann - Juiz da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA) - Porto Alegre/RS falou sobre: “A atuação do Juiz da Execução Penal para garantir o cumprimento da Lei de Execução Penal” - e o Desembargador Dr. Ruy Mugiatti - Supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas - GMF/PR, falou sobre: “A atuação do Conselho Nacional de Justiça e a contribuição do Projeto Cidadania nos Presídios para garantir o cumprimento da Lei de Execução Penal” - Ambos fizeram suas exposições. Neste painel, o Dr. Luciano André Losekann faz um discurso bastante consistente de valorização dos Conselhos da Comunidade, ressaltando questões importantes de apoio aos egressos principalmente nos primeiros 100 dias de liberdade, sendo fundamentais para a não reincidência. Os egressos devem ter apoio da rede pública e citou o “Programa Voltar a Confiar”, onde apresentou o link de matéria sobre o referido Programa para consulta: <http://www.sul21.com.br/jornal/projeto-do-judiciario-gaucho-auxilia-egressos-dos-sistema-carcerario-na-ressocializacao/>. Já o Desembargador Dr. Ruy Mugiatti, citou o Projeto Cidadania nos Presídios que foi iniciado no Paraná em agosto de 2016. Informou que este é um Projeto do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, sendo que apresenta um planejamento onde é proposto o levantamento de dados das pessoas privadas de liberdade e que os maiores problemas para sua implantação é a superlotação. Comentou que apenas o fato da pessoa ser presa, entrar num presídio, já é uma punição. Acredita que a sócio educação é a única medida para a recuperação, complementou afirmando que a pessoa aprisionada tem que ser tratada como ser humano. Diz que há muito sofrimento inútil acontecendo dentro das prisões. Reforçou dois pontos: 1º - O tratamento deve ser humano, 2º -

Encontrar uma maneira de diminuir a superlotação. Posteriormente, argumentou que deveria haver dois cuidados: o primeiro de “*numerus clausus*”, ou seja, entra uma pessoa para o sistema e outra deve sair; o segundo é em relação à entrada no sistema, ações como a de audiência de custódia devem ser desenvolvidas e implementadas em todos o país. Explicou que o Projeto Cidadania nos Presídios possui 03 eixos. Segue o link do Projeto Cidadania nos Presídios: - <http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/cidadania-nos-presidios>. Seguindo a programação ocorreu a Palestra com a Dra. Valdirene Daufemback, Psicóloga, Doutorada em Direito e Diretora de Políticas Penitenciárias do DEPEN Nacional: “Competências e responsabilidades no financiamento das ações na Política Penitenciária”. Na palestra abordou diversos aspectos do financiamento da Política Penitenciária e apresentou o cenário prisional do Brasil, mostrando alguns dados através de slides referentes ao tema. Informou que esses recursos são provenientes do FUNPEN - Fundo Penitenciário Nacional que são angariados por meio das loterias. Os recursos são aprovados e liberados por editais. Comentou ainda que os repasses do Governo Federal devem ser objeto de fiscalização do Conselho da Comunidade. Neste momento, houve uma questão importante de uma Conselheira: em caso de fiscalização e verificação que o recurso não está sendo executado, para quem o Conselho deve recorrer? Dra. Valdirene respondeu que esta questão deveria ser direcionada ao Ministério Público pois este é um órgão fiscalizador. Comentou também que há outros Ministérios que possuem recursos para financiar projetos no Sistema Prisional como da Agricultura e Pecuária, Saúde e Escola Nacional para capacitação dos Agentes Penitenciários. Outra pergunta de um Conselheiro foi por que não se investe em PPP- Parceria Público Privado no Sistema Penitenciário Brasileiro? Dra. Valdirene disse que ainda são muito caras, citou o exemplo de Belmonte e explicou que esta experiência precisa ser melhor avaliada, mas que nos EUA foi uma experiência que se tornou não exitosa. A próxima Palestra foi: “A Justiça Restaurativa no Paraná e sua contribuição para a Promoção da Cultura da Paz” - Dr^a Claudia Catafesta - Juíza de Direito da 2^a Vara da Infância e da Juventude de Londrina, Vara Especializada no atendimento de adolescentes em conflito com a Lei. Iniciou a palestra contando uma história ocorrida com um antropólogo que ela conhece e admira, Senhor Luiz Eduardo Soares, sendo que a moral da história é: “O sentido da história depende do ponto de vista de quem a conta”. Após esse relato, ela reforçou que “a história das vítimas tem que importar”. Comentou que os julgamentos são feitos a partir de um fato recortado no tempo, não importando o que aconteceu antes. A Justiça Restaurativa traz um olhar para toda a história. Informou que há um Projeto chamado “Ciclo da Construção da Paz”, onde os monitores da medida socioeducativa estão sendo formados no método aplicado na Justiça Restaurativa. Comentou que ela também é formada para atuar como mediadora em outros âmbitos, fora de sua área como magistrada, e que há algumas Políticas Públicas encaminhadas em Londrina para que a Justiça Restaurativa faça parte das mediações como nas escolas, por exemplo. Todos os palestrantes foram muito

aplaudidos por suas claras e importantes colaborações. Encerra-se os trabalhos do dia, com sorteios e brindes aos presentes. Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, a partir das oito horas e trinta minutos, deu-se início ao Segundo dia do V Encontro Estadual dos Conselhos da Comunidade do Paraná, e IV Capacitação Estadual dos Conselhos da Comunidade. O Presidente do COPEN - Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, Dr. Dálio Zippin Filho, iniciou a Palestra sobre “O Papel do Conselho Penitenciário Estadual na Lei de Execução Penal”. Dr. Dálio acompanha a formação e evolução dos Conselhos da Comunidade a muitos anos, sendo uma pessoa engajada na questão da reintegração da pessoa privada de liberdade. Resumidamente, salientou positivamente sobre o aumento progressivo dos Conselhos da Comunidade no Paraná, e enfatizou a participação da FECCOMPAR neste processo. Pontuou diversas questões legais que envolvem a atuação dos COPEN e dos Conselhos da Comunidade. Também elogiou o excelente trabalho realizado pelo GDUCC - Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade. Seguindo a programação aconteceu a Palestra da Dra. Branca Bernardi, Juíza de Direito do TJ/PR da Comarca de Barracão e Coordenadora da Implantação das APAC's (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) no Estado do Paraná - com o tema: “O Processo de Implantação das APAC's no Estado do Paraná: Avanços e Desafios.” Informou que 30 APAC's estão sendo implantadas no Paraná, 06 em Santa Catarina e 06 no Rio Grande do Sul. Dra. Branca é uma das grandes incentivadoras das APAC's argumentando que comprovadamente as APAC's reintegram 91% dos presos, enquanto as Penitenciárias tradicionais apenas 14% das pessoas que passam pelo Sistema Prisional. Comentou que a APAC é um Projeto para a sociedade, pois é para onde os “recuperandos” retornam e de onde há pessoas que participam deste processo importante de recuperação. Na sua exposição ela apresentou os seguintes vídeos: Documentário sobre APAC de Barracão: <https://youtu.be/lvZHbypF9Hw>, e outros que estarão disponíveis no site da FECCOMPAR. A próxima Palestra foi: “O Conselho da Comunidade como protagonista: novas possibilidades de atuação após as Instruções Normativas Conjuntas” apresentada por Marco Antonio da Rocha, Vice-Presidente da FECCOMPAR e Assistente Social do Ministério Público do Paraná, o qual atualmente está fazendo Doutorado sobre os Conselhos da Comunidade. Em sua exposição, ele enfocou as atribuições da FECCOMPAR quanto a capacitação e fortalecimento dos Conselhos da Comunidade, os quais devem fazer “inspeção” no Sistema Prisional. Comentou que os Conselhos da Comunidade não fazem visita de “inimigo” ao cárcere. É uma visita de diálogo para promover melhorias e que não é de enfrentamento. Ele apresentou as 04 principais atribuições do Conselho da Comunidade que são aqueles que contam no artigo 81 da LEP - Lei de Execução Penal. Porém, houveram 08 Resoluções que foram deliberadas pelo CNPCP - Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias, além das atribuições publicadas na Cartilha dos Conselhos da Comunidade e nas Instruções Normativas Conjuntas CGJ/PR e MP/PR 01 e 02/2014. Na apresentação em Power Point que realizou, haviam muitas informações sobre as atividades dos Conselhos levantadas

através de pesquisa com os Conselhos da Comunidade em 2014. Citou que em breve, estará disponível no site da FECCOMPAR. Marco Antonio desenvolveu uma palestra para sensibilizar e conscientizar os presentes sobre a questão do aprisionamento. A próxima Palestra foi apresentada por Luiz Octávio Cimm Pereira -Técnico da Secretaria do TJ/PR, com o tema: “Plano de Aplicação e Prestação de Contas dos Conselhos da Comunidade no Sistema PROJUDI”: - Esclarecendo questões práticas, com abertura para perguntas dos participantes. Ele apresentou as novas ferramentas do PROJUDI (Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná) e tirou dúvidas dos Conselhos presentes. Estes Sistema garante o controle do repasse de recursos provenientes das verbas pecuniárias e a prestação de contas da utilização das mesmas. Há duas formas de repasses, sendo: para os custos de manutenção do Conselho e suas ações continuadas, e outro para Projetos diversos. Os Conselhos realizam um orçamento trimestral, bimestral ou mensal, dependendo da escolha da periodicidade pelo Conselho da Comunidade, o qual, deve ser aprovado pelo Ministério Público e Juiz da Comarca, para repasse dos recursos e prestação de contas. Finalizando, Maria Helena Orreda - Presidente da FECCOMPAR apresenta a “Avaliação da FECCOMPAR sobre o trabalho desenvolvido com os Conselhos da Comunidade no Paraná”: apresentou dados e ações do Relatório de Atividades da FECCOMPAR 2016, e ainda dados de uma Pesquisa realizada a partir dos Cadastros dos Conselhos da Comunidade em 2015 e Recadastramento dos Conselhos da Comunidade em 2016, enfatizando que os mesmos serão publicados no site da Federação. Também apresentou o Caderno Orientativo para aos Conselhos da Comunidade elaborado pela FECCOMPAR a fim de auxiliar os Conselhos da Comunidade a ter uma visão melhor do trabalho do Conselho, suas funções e possibilidades de ação prática. Afirmou que este material pretende numa linguagem simples fornecer informações básicas aos Conselhos tanto no âmbito legal como na busca por parcerias e trabalhos em rede, bem como incentivando a ampliação da participação da sociedade na Execução Penal. Na sequência foi aberta a “Tribuna Livre” para os Conselhos da Comunidade onde houveram várias manifestações dos Conselheiros presentes com assuntos que fizeram parte de itens que compuseram um documento formal de resumo das manifestações e anseios dos Conselhos neste momento histórico, denominado “Carta de Maringá”. Maria Helena explica que muitos assuntos foram trazidos pelos Conselhos em diferentes momentos do evento e também durante a Assembleia Geral da FECCOMPAR realizada no dia vinte e seis desta semana em Maringá, onde foi aprovada alterações no Estatuto da Federação e ainda leitura e aprovação do Regimento Interno da Federação e de um Modelo de Regimento Interno para os Conselhos da Comunidade, sendo que estes materiais estarão disponíveis no site da FECCOMPAR: www.feccompar.com.br;br, juntamente com todo o material apresentado no V Encontro. A Presidente da FECCOMPAR registra que muitos Conselhos da Comunidade não puderam estar presentes neste evento, devido à demora na liberação dos recursos e as dificuldades encontradas por muitos Conselhos ainda, pela falta de valorização de outros órgãos da Execução Penal, sobre a importância

da Capacitação dos Conselheiros. Marco Antônio da Rocha fez a Leitura da Carta de Maringá, a qual foi aprovada pelos presentes. A mesa organizadora apresenta o interesse do Conselho da Comunidade de Guarapuava, em sediar o VI Encontro Estadual dos Conselhos da Comunidade do Paraná, sendo que posteriormente, os Conselhos da Comunidade de União da Vitoria e de Curitiba, também manifestaram o mesmo interesse. Não havendo consenso, o assunto foi colocado em votação aberta, onde ficou definido que o VI Encontro Estadual dos Conselhos da Comunidade será realizado na cidade de Curitiba, através do apoio da organização do Conselho da Comunidade da Região Metropolitana de Curitiba, conjuntamente com outros Conselhos da Comunidade das cidades próximas. Maria Helena, ainda agradece a todos os presentes e ao Conselho da Comunidade de Maringá pela recepção acolhedora e parceria para a realização deste evento, com sucesso, dando o mesmo por encerrado. Nada mais havendo a constar, eu, Jorgete Flores, Secretária Executiva da FECCOMPAR, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e pelos demais participantes, em listas de presenças anexas. Maringá, 28/10/2016.